



## O ARMÁRIO DENTRO DO ARMÁRIO: TÁTICAS DE SOBREVIVÊNCIA E NARRATIVAS DE INTERSECCIONALIDADES EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

**Caio Fernando Vieira**

Especialista em Educação Física Escolar, Educação Física - Docente Substituto no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus São Roque, SP, Brasil (2024 a 2025) - NUGS

[caio.vieira@ifsp.edu.br](mailto:caio.vieira@ifsp.edu.br)

### Resumo

Este relato de experiência autobiográfico articula narrativas pessoais e realiza uma análise crítica sobre os desafios enfrentados por pessoas LGBTQIAPN+ e por corpos marginalizados pelas normas corporais hegemônicas. A partir da metáfora dos “inúmeros armários”, investiga-se como, ao longo da infância, adolescência e vida adulta, diferentes contextos institucionais, como família, instituições educativas, academias esportivas e clínicas de massoterapia, se configuram como lugares de silenciamento, medo e construção de táticas de autopreservação diante de preconceitos, exclusão e violência. O estudo articula experiências afetivas, sociais e corporais com reflexões teóricas, ancoradas em perspectivas pós-estruturalistas, sobre regimes cis-heteronormativos, padrões estéticos e mecanismos institucionais que moldam comportamentos e produzem estratégias de adaptação e resistência. A análise também dialoga com narrativas cinematográficas que contribuem para problematizar a construção das identidades em contextos marcados por vigilância, controle e expectativas sociais. O trabalho destaca a complexidade da construção identitária em situações de violência institucional e propõe reflexões sobre a necessidade de uma sociedade mais inclusiva e empática, capaz de reconhecer e respeitar a diversidade de corpos, gêneros e sexualidades.

**Palavras-chaves:** violências institucionais; interseccionalidades; diversidade corporal; padrões cis-heteronormativos; performatividade de gênero.

### THE CLOSET WITHIN THE CLOSET: SURVIVAL TACTICS AND NARRATIVES OF INTERSECTIONALITIES IN CONTEXTS OF INSTITUTIONAL VIOLENCE

### Abstract

This autobiographical experience report articulates personal narratives and offers a critical analysis of the challenges faced by LGBTQIAPN+ people and by bodies marginalized by hegemonic bodily norms. Drawing on the metaphor of the “countless closets,” it investigates how, throughout childhood, adolescence, and adult life, different institutional contexts such as family, educational institutions, sports academies, and massage therapy clinics become spaces

of silencing, fear, and the construction of tactics of self-preservation in the face of prejudice, exclusion, and violence. The study connects affective, social, and bodily experiences with theoretical reflections grounded in post-structuralist perspectives, particularly those associated with Michel Foucault, Judith Butler and Michel de Certeau, to examine cis-heteronormative regimes, aesthetic standards, and institutional mechanisms that shape behaviors and produce strategies of adaptation and resistance. The analysis also engages with cinematic narratives that contribute to problematizing the construction of identities in contexts marked by surveillance, control, and social expectations. The work highlights the complexity of identity formation in situations of institutional violence and proposes reflections on the need for a more inclusive and empathetic society capable of recognizing and respecting the diversity of bodies, genders, and sexualities.

**Keywords:** institutional violence; intersectionalities; body diversity; cis-heteronormative standards; gender performativity.

## 1 INTRODUÇÃO

Este relato surge da necessidade de transformar uma experiência pessoal em reflexão crítica sobre os desafios enfrentados por pessoas que, como eu, convivem com o preconceito, a exclusão e múltiplas formas de violência institucional. Ao compartilhar parte da minha trajetória, busco não apenas narrar vivências individuais, mas também evidenciar as estratégias de sobrevivência que precisei construir para resistir a um mundo marcado por armadilhas sociais, estigmas e normas excludentes.

Minhas experiências como homem gordo e homossexual têm revelado, de forma dolorosa, o quanto a sociedade ainda impõe barreiras àqueles que fogem dos padrões hegemônicos de corpo e identidade. Em diversos contextos, inclusive institucionais, o preconceito se manifesta de maneira sutil e, por vezes, brutal, deixando marcas profundas na minha percepção de pertencimento. Mesmo atuando nas áreas da Educação Física e da saúde, especialmente por meio da massoterapia e do toque terapêutico em outros corpos como forma de correção postural e promoção do bem-estar, muitas vezes percebo como o meu próprio corpo é colocado em xeque, como se cuidar e tocar o outro exigisse adequar-se a um modelo corporal normativo.

Essa contradição expõe o quanto o preconceito atravessa também o campo do cuidado, fazendo com que, em muitos momentos, eu me sinta à margem, excluído e invisibilizado.

Ainda assim, é justamente nesse espaço de dor e resistência que encontro força para transformar minha vivência em reflexão crítica, reafirmando o corpo como território de afeto, presença e transformação.

Em minha trajetória profissional, desenvolvi um profundo interesse em estudar o corpo e o movimento. Como profissional de Educação Física, dedico-me diariamente à compreensão das múltiplas formas de expressão, comunicação e cuidado que emergem por meio do corpo. Minha atuação é voltada para promover bem-estar, consciência corporal e qualidade de vida, reconhecendo o corpo não apenas como instrumento de movimento, mas como parte essencial da identidade e da experiência humana.

Meu objetivo é revelar como as interseccionalidades, entendidas como a articulação entre diferentes marcadores sociais, como identidade de gênero, sexualidade, corpo e classe social, se manifestam em contextos de violência simbólica e institucional, mostrando não apenas os obstáculos e os preconceitos enfrentados, mas também os caminhos de resistência que são forjados na vida cotidiana. Para sustentar essa compreensão, utilizo o referencial teórico da interseccionalidade de Carla Akotirene (2018), entendida não como simples soma de opressões, mas como uma estrutura na qual diferentes sistemas de poder operam de forma inseparável.

Conforme a autora (2018, p. 14): “a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis-heteropatriarcado”. A partir dessa perspectiva, torna-se possível compreender que experiências de exclusão não se produzem por um único fator, mas pelo cruzamento de normas sociais que regulam os corpos, as sexualidades e as formas de pertencimento, influenciando diretamente as vivências em espaços institucionais, profissionais e sociais.

Nessa mesma direção, a noção de interseccionalidade permite compreender que as desigualdades não atingem grupos de forma isolada, pois, como aponta Kimberlé Crenshaw, “A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (2002, p. 10). Essa compreensão possibilita analisar que diferentes marcadores sociais atuam simultaneamente na produção das experiências de exclusão, fazendo com que determinadas vivências sejam atravessadas por múltiplas formas

de regulação, controle e julgamento. Em minha trajetória, essa sobreposição se manifestou na articulação entre corpo, sexualidade, gênero e expectativas sociais, produzindo situações em que não era possível separar onde começava um preconceito e terminava o outro, pois todos operavam de forma conjunta na maneira como eu era visto, tratado e avaliado nos diferentes espaços que ocupei ao longo da infância, da adolescência e da vida adulta.

É nesse contexto de normas sociais e relações de poder que procuro expor como, diante de olhares críticos, normas excludentes e situações de exclusão, surgem estratégias de autopreservação, negociações sutis com o ambiente social e escolhas conscientes que me permitem sobreviver e afirmar a minha própria identidade. Ao longo dessa trajetória, cada gesto de adaptação ou de camuflagem se revela parte de um processo contínuo de construção pessoal e de enfrentamento das barreiras impostas por uma sociedade que ainda não acolhe a diferença.

O título “O armário dentro do armário: táticas de sobrevivência e narrativas de interseccionalidades em contextos de violência institucional” sintetiza o sentimento que permeou minha trajetória; a constante sensação de que, ao sair de um armário e me expor ao mundo, outro surgia, mais profundo, mais difícil de abrir, mais perigoso de enfrentar. A metáfora dos “inúmeros armários” simboliza os ciclos de silenciamento, medo e autopreservação que experimentei, revelando o quão complexa é a experiência de assumir-se em uma sociedade que não acolhe a diferença.

Ao longo dessa trajetória, precisei desenvolver táticas para minimizar os impactos de situações potencialmente prejudiciais à minha integridade emocional, física e profissional. Foi um processo intenso, doloroso e, por vezes, sombrio, mas que me permitiu encontrar meu lugar na luta contra o preconceito, construindo uma identidade fortalecida pelas experiências, pelas dores e pelas conquistas. Este relato, mais do que narrar, busca provocar reflexão sobre a urgência de uma sociedade mais empática, capaz de reconhecer e respeitar a diversidade de corpos, gêneros e sexualidades, permitindo que cada pessoa viva com autenticidade e dignidade.

Metodologicamente, optei por um relato autobiográfico, tendo como referencial teórico Michel Foucault (2011), Judith Butler (2019) e Michel de Certeau (2021). Foucault

contribui para compreender como normas sociais, vigilância e regimes de poder moldam comportamentos e experiências, enquanto Butler permite analisar a performatividade de gênero e as formas de expressão de identidades marginalizadas. De Certeau oferece uma perspectiva sobre as táticas cotidianas de resistência e autopreservação, mostrando como práticas aparentemente pequenas ou invisíveis podem constituir formas de sobrevivência frente a estruturas sociais excludentes.

Como material empírico, utilizarei filmes alinhados a meu tema e comentários extraídos de redes sociais, especialmente do *Instagram* e *Facebook*, para aprofundar a discussão. A análise nas redes sociais seguirá rigorosos critérios de confidencialidade: nomes, perfis e quaisquer informações que possam identificar indivíduos serão totalmente ocultados, e trechos que contenham dados pessoais ou sensíveis não serão visibilizados. Dessa forma, busca-se garantir o sigilo absoluto e a segurança dos participantes, respeitando princípios éticos fundamentais na pesquisa em ambientes digitais.

O relato se organiza em três etapas: infância, adolescência e vida adulta. Na infância, abordo o início da minha autoidentificação como alguém “diferente” e as primeiras percepções sobre minha sexualidade. Na adolescência, exploro a descoberta mais concreta da minha identidade e as primeiras estratégias de enfrentamento. Na fase adulta, descrevo o processo de fortalecimento pessoal e as escolhas conscientes que me permitiram viver com maior autenticidade em alguns contextos, embora, em outros, a necessidade de ocultar minha identidade de gênero e orientação sexual ainda se mantenha como estratégia de proteção e sobrevivência no mercado de trabalho.

## 2 ENTRETEMPO I

### 2.1 A Infância que não cabia

A infância costuma ser representada socialmente como um período de descobertas, brincadeiras e aprendizagem, frequentemente associada à ideia de proteção e cuidado. Essa imagem, contudo, corresponde muito mais a um ideal normativo do que à experiência efetiva de muitas crianças. Condições sociais, desigualdades, expectativas familiares e dispositivos institucionais atravessam a infância de maneiras distintas, fazendo com que nem todas as

crianças vivenciem esse período como um tempo de segurança ou liberdade para experimentar o mundo e construir suas identidades.

Como observa Lev Vygotsky (2022), a própria posição da criança na sociedade adulta é marcada por relações de assimetria e dependência: “A criança, por sua própria natureza, sempre é deficiente na sociedade dos adultos; sua posição, desde o início, dá motivo para o desenvolvimento, nele, dos sentimentos de debilidade, de insegurança e de dificuldade” (Vygotsky, 2022, p. 238). Dessa forma, a infância pode ser compreendida menos como um tempo universal de proteção e mais como um período atravessado por relações de poder, expectativas sociais e processos de normatização que moldam, de maneiras desiguais, as possibilidades de existência e reconhecimento das crianças.

A análise desse período pode ser enriquecida a partir de conceitos centrais para compreender a forma como os corpos são produzidos socialmente, como poder, performatividade e tática. Conforme argumenta Michel Foucault (2011), “não é a primeira vez, certamente, que o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (Foucault, 2011, p.132).

Essa perspectiva evidencia que o corpo infantil não existe fora das relações de poder, mas é constantemente moldado por normas sociais que regulam comportamentos, afetos e expressões de gênero. Em diálogo com essa compreensão, o conceito de performatividade, desenvolvido por Judith Butler (2023), permite compreender o gênero não como essência natural, mas como um conjunto de práticas reiteradas que produzem a aparência de uma identidade estável.

A noção de tática, discutida por Michel de Certeau (2021), aponta para as formas de ação cotidianas utilizadas por sujeitos que, mesmo situados em posições de menor poder, elaboram modos de agir e sobreviver dentro das estruturas normativas que os atravessam. Assim, as normas sociais atuam de maneira disciplinar sobre o corpo e o comportamento infantil, definindo padrões do que é aceitável e do que deve ser silenciado, o que remete, segundo Foucault (2011), à ideia de vigilância e regulação social.

Nesse contexto, recordo que, durante a infância, diversos mecanismos de poder operavam de forma cotidiana e aparentemente banal, mas profundamente reguladora. Frases repetidas por adultos e por outras crianças, como “homem não chora” ou “homem não brinca com bonecas”, funcionavam como dispositivos de normalização que delimitavam quais performances de gênero eram consideradas legítimas para um menino.

Na escola, comentários como “parece menininha” surgiam quando eu reclamava de algo, chorava ou demonstrava preferência por brincar com as meninas. Esses enunciados não eram apenas provocações isoladas; constituíam práticas discursivas que produziam expectativas sobre como meu corpo deveria agir, sentir e se expressar. Esperava-se de mim uma performance masculina alinhada a padrões cis-heteronormativos de força, contenção emocional e distanciamento de práticas consideradas femininas.

Diante desses mecanismos, desenvolvi pequenas táticas cotidianas para lidar com a vigilância social e preservar algum espaço de expressão. Um episódio marcante ocorreu quando, em uma barraca de pesca, ganhei um prêmio e escolhi um lenço. Eu gostava de observar como as mulheres o amarravam na cabeça, cobrindo os cabelos, e sempre que podia tentava reproduzir aquele gesto. No entanto, quando alguém se aproximava, rapidamente pedia à minha irmã que colocasse o lenço na cabeça dela, ao mesmo tempo em que perguntava como ela fazia o laço. Da mesma forma, quando chorava e era repreendido por isso, eu recorria a justificativas que deslocavam o motivo do choro, dizendo que havia caído um cisco no olho, que tinha me machucado ou que não era nada.

Essas pequenas formas de agir funcionavam como táticas de adaptação, no sentido proposto por Certeau, permitindo negociar, ainda que de forma limitada, os mecanismos de poder que regulavam meu corpo e minhas emoções. Ao mesmo tempo, tais experiências reforçavam a percepção de que havia algo em mim que escapava às expectativas impostas, algo que se manifestava em gestos, sensibilidades e interesses que não correspondiam às performances masculinas socialmente esperadas.

## **2.2 O menino, a Barbie e o espelho: ensaios sobre o ser diferente**

*Little Miss Sunshine*<sup>1</sup> (Brasil: *Pequena Miss Sunshine*) é um filme norte-americano de 2006, dirigido pelo casal Jonathan Dayton e Valerie Faris e escrito por Michael Arndt. A obra acompanha a trajetória de Olive, uma menina que foge dos modelos convencionais de beleza frequentemente reproduzidos pela mídia e pela indústria cultural estadunidense, e nos quais predominam corpos magros, rostos impecáveis e gestos associados à feminilidade dócil.

Inspirada por um concurso de *Miss*, evento que celebra uma ideia restrita de beleza e avalia meninas e mulheres segundo critérios físicos e comportamentais, Olive decide participar mesmo sabendo que não corresponde a esse padrão. Essa escolha coloca em evidência as pressões estéticas e sociais que moldam a identidade feminina desde cedo, transformando o corpo em um campo de disputa simbólica.

Ao longo do filme, a família de Olive, marcada por conflitos e fragilidades, une-se em apoio à sua decisão, percorrendo uma jornada que ultrapassa o simples desejo de vencer o concurso. O processo de preparação da menina, longe de reproduzir as normas impostas, se converte em um gesto de resistência e afirmação da diferença. No palco, Olive rompe com o ideal de beleza e de comportamento esperado, enquanto o amor e o apoio familiar funcionam como contraponto às estruturas sociais que insistem em enquadrar os corpos e as subjetividades. O filme, assim, propõe uma reflexão sobre o poder dos vínculos afetivos diante das normas que tentam definir o que é belo ou aceitável.

Minha experiência, entretanto, exigiu a construção de mecanismos internos de resistência. Embora houvesse amor familiar, não havia espaço explícito para expressar minhas diferenças sem temor de julgamentos ou reprimendas. Comparar minha trajetória com a de Olive permite compreender a importância de contextos acolhedores para o desenvolvimento da autoestima e percepção de pertencimento. A ausência desse suporte me levou a construir estratégias próprias de sobrevivência, mobilizando recursos internos e táticas pessoais para negociar minha identidade em espaços de poder disciplinar.

Lembro-me do caminhão de bombeiros que ganhei aos cinco anos. Fascinado pelo brinquedo, criei situações fantasiosas para vê-lo em ação na vida real, colocando fogo em

---

<sup>1</sup> *Little Miss Sunshine* (Brasil: *Pequena Miss Sunshine*) é um filme norte-americano de 2006, dirigido por Jonathan Dayton e Valerie Faris e escrito por Michael Arndt. Mais informações sobre o filme podem ser consultadas nos sites da produtora: <https://bigbeach.com/work/little-miss-sunshine/>

meias ou panos para “chamar” os bombeiros. Essas experiências mostram que o mundo ao redor nem sempre atende aos desejos da criança. Por isso, a criança aprende a criar formas próprias de lidar com as regras e limitações, desenvolvendo maneiras de se afirmar e agir por conta própria diante das normas sociais.

Outro exemplo são os bonecos *Galaxy Rangers* e a interação com a *Barbie* da minha irmã em brincadeiras de casinha. Esses momentos evidenciam a tensão entre expectativas sociais e expressão livre de interesses e identidades. Assim como Laure em *Tomboy*<sup>2</sup> (2011), eu precisava criar espaços seguros para manifestar minha individualidade, desenvolvendo habilidades de negociação e adaptação social desde cedo, como selecionar com quem brincar, controlar gestos e modos de falar diante de outras pessoas e encontrar formas discretas de expressar interesses que poderiam ser considerados inadequados para um menino.

Muitas vezes era necessário observar o ambiente antes de agir, antecipar possíveis julgamentos e ajustar meu comportamento para evitar repreensões, aprendendo a transitar entre aquilo que eu desejava expressar e aquilo que era socialmente permitido. Essas estratégias podem ser compreendidas à luz da noção de performatividade de gênero proposta por Judith Butler (2023), na qual as identidades são produzidas por repetição de normas sociais, bem como pela perspectiva de vigilância e regulação dos corpos discutida por Michel Foucault (2011), que evidencia como o olhar do outro atua como mecanismo disciplinador.

Dessa forma, a performatividade vivida na infância já indicava a construção de uma identidade em constante diálogo com esse olhar regulador, tensionando normas de gênero e corporalidade e exigindo, desde cedo, a criação de táticas para existir sem romper totalmente com as expectativas impostas.

### 2.3 Os “armários” simbólicos e a construção da identidade

A metáfora dos “inúmeros armários” tenta capturar como minha infância foi atravessada pelo medo, pelo silêncio e pela necessidade constante de me proteger. Cada

---

<sup>2</sup> *Tomboy* (*Tomboy*) é um filme francês de 2011, dirigido e roteirizado por Céline Sciamma. A produção foi realizada principalmente pelas empresas Hold Up Films e Lilies Films, tendo como produtora principal Bénédicte Couvreur, com coprodução da Arte France Cinéma. O longa aborda experiências relacionadas à identidade de gênero na infância, acompanhando a personagem Laure, que passa a se apresentar como Mikael durante um verão em um novo bairro. Mais informações sobre o filme podem ser consultadas no site: <https://www.imdb.com/pt/title/tt1847731/>

armário representa um espaço em que eu precisava me encaixar ou me esconder: o meu corpo gordo, com suas imperfeições e formas que nunca pareciam certas; os gestos afeminados, que precisavam ser medidos e contidos; e a minha identidade e expressão de gênero, que pareciam estar sempre sendo observadas e avaliadas.

O filme que utilizo como exemplo de análise, *Little Miss Sunshine*, se apresenta, de maneira conotativa, como um desses armários do corpo, ao mostrar a pressão dos padrões de beleza e a expectativa de se comportar de um modo “aceitável”. A personagem é uma criança vista pela família e pela sociedade como estando acima do peso e participa de um concurso de beleza em que realiza uma apresentação fora dos padrões exigidos. Ao escolher uma performance original, que não seguia a lógica do concurso para o qual havia se inscrito, acaba sendo desclassificada, evidenciando como a originalidade e o não enquadramento podem ser punidos quando confrontam normas previamente estabelecidas.

O segundo filme, *Tomboy*, abre outro armário, o da identidade de gênero, revelando como a vida de uma criança pode ser moldada pelo olhar e pelas normas de quem está ao redor. Laure, uma menina que usa cabelo curto e prefere roupas socialmente associadas ao gênero masculino, ao ser confundida com um menino, passa a se apresentar aos novos amigos com o nome Mickaël.

A personagem mantém uma espécie de vida dupla, e essa nova identidade permanece dentro do “armário”, pois, ao entrar em casa, Mickaël precisa se esconder para que Laure volte a existir. Esse movimento constante de entrada e saída do armário cria um conflito de existência e de gênero, que se torna mais evidente quando sua mãe descobre a situação e a obriga a assumir sua identidade biológica, gerando constrangimento, exposição e a necessidade de se adequar às normas impostas.

Esses “armários” são muito mais do que espaços de regras e limites; são lugares, segundo Foucault (2011) de *disciplinamento*, nos quais aprendi, aos poucos, a me proteger e a me conhecer. Neles, eu escondia gestos, mudava brincadeiras, inventava histórias só minhas, tentando entender quem eu era e como podia existir sem me perder. Cada pequeno ato de adaptação ou fuga parecia uma forma silenciosa de resistência, um jeito de afirmar a minha presença mesmo quando o mundo dizia que eu não cabia ali. Olhando para trás, percebo que a

infância foi ao mesmo tempo um campo de experiências, descobertas e restrições, onde cada armário guardava medos, mas também ensinava como ser capaz de aprender a habitar os limites.

Ao colocar em diálogo *Little Miss Sunshine* e *Tomboy* com minha narrativa autobiográfica, percebo que ambos os filmes operam como dispositivos analíticos que tornam visíveis os mecanismos sociais de regulação do corpo e das performances de gênero na infância. Em *Little Miss Sunshine*, a sequência final do concurso de beleza infantil evidencia a normatividade estética que organiza aquele espaço. O palco, iluminado e cuidadosamente coreografado para a exibição de meninas que correspondem a um ideal específico de feminilidade, torna-se um ambiente de avaliação pública do corpo.

Quando Olive apresenta sua dança improvisada, aprendida com o avô, o constrangimento dos jurados e do público revela o desajuste entre sua corporalidade e o modelo esperado naquele ritual social. Em *Tomboy*, a cena em que Laure constrói um pequeno volume com massinha para simular um pênis antes de ir nadar com as outras crianças evidencia de forma minuciosa o caráter performativo e situacional da identidade de gênero. Aquele gesto não é apenas uma brincadeira infantil, mas uma operação de adequação a um regime de inteligibilidade que organiza os corpos em categorias reconhecíveis.

Ao revisitar essas cenas, reconheço nelas estruturas semelhantes às que atravessaram minha própria infância: expectativas reiteradas sobre como um menino deveria comportar-se, brincar ou expressar emoções. As advertências que eu ouvia, como a ideia de que “homem não chora” ou de que certas brincadeiras não eram apropriadas, operavam de maneira análoga aos dispositivos normativos representados nesses filmes. Assim, tanto Olive quanto Laure expõem, em registros narrativos distintos, o modo como a infância se torna um campo de experimentação e controle das corporalidades, permitindo compreender retrospectivamente as formas pelas quais também fui interpelado a ajustar meus gestos, afetos e modos de presença para permanecer inteligível dentro das expectativas sociais que me cercavam.

### 3 ENTRETEMPO II

#### 3.1 Adolescência: quando ser “Eu” era perigoso

Aos 12 anos, ao entrar na antiga sexta série, percebi que meus desejos e curiosidades se tornavam mais evidentes. Olhava para outros meninos com atenção e interesse, mas a necessidade de ocultar minha sexualidade era urgente, pois qualquer gesto poderia gerar julgamentos ou violência simbólica. Surgia então o “segundo armário” (o da homossexualidade/identidade de gênero), no qual precisei desenvolver táticas de sobrevivência social e emocional.

A amizade com “José” (nome fictício) trouxe à tona a complexidade das interações sociais. Ele era mais afeminado e frequentemente alvo de violências. Para não ser identificado como homossexual, eu sorria junto com os colegas, adotando táticas de camuflagem que me protegiam, mas causavam conflito interno. Muitas vezes eu também reproduzia as atitudes dos meus amigos heterossexuais, participando de brincadeiras homofóbicas, rindo das provocações sobre o corpo ou a sexualidade de José e fingindo interesse por meninas para reforçar uma imagem considerada aceitável.

Esse comportamento pode ser compreendido a partir do conceito de performatividade, conforme propõe Judith Butler (2023), segundo o qual a identidade de gênero se constrói pela repetição de normas sociais, fazendo com que eu encenasse gestos e atitudes esperadas para ser reconhecido como heterossexual. Ao mesmo tempo, essas ações funcionavam como táticas, no sentido discutido por Michel de Certeau (2021), pois eram manobras cotidianas utilizadas para evitar exposição e garantir minha permanência no grupo.

Situações como piadas sobre seu corpo ou sexualidade demonstravam como os jovens, naquele contexto, reforçavam regimes cis-heteronormativos, tornando a adaptação uma forma de proteção diante do risco constante de exclusão. Nesse sentido, como afirma Pierre Bourdieu:

Como a honra ou a vergonha, seu reverso, que, como sabemos, à diferença da culpa, é experimentada diante dos outros, a virilidade tem que ser validada pelos outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial, e atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de ‘verdadeiros homens’. Inúmeros ritos de instituição, sobretudo os escolares ou militares, comportam verdadeiras provas de virilidade, orientadas no sentido de reforçar solidariedades viris (2025, p. 90).

Essa afirmação ajuda a compreender que muitas das atitudes que eu reproduzia não aconteciam por vontade própria, mas pela necessidade de ser aceito e reconhecido dentro do

grupo, evitando que qualquer comportamento considerado diferente pudesse me colocar na mesma posição de vulnerabilidade em que José se encontrava.

José tentava ocultar sua identidade com histórias fantasiosas sobre sua família, enquanto eu precisava participar sem me expor.

A metáfora do “armário” se amplia: além do corpo, representado na infância, surge o armário social, ligado à sexualidade e à necessidade de camuflagem. Na escola, os olhares e comentários funcionavam como instrumentos de vigilância social. Comentários sutis, risadas e perguntas diretas sobre relacionamentos testavam minha conformidade às normas heteronormativas. Responder demais ou de forma inadequada poderia expor minha sexualidade, enquanto omitir-se gerava tensão interna.

Esses episódios refletem a análise de Foucault (2011), que descreve como normas e vigilância moldam comportamentos e criam regimes de poder nos quais indivíduos aprendem a se auto-observar e a se ajustar. Cada gesto na escola exigia uma negociação: revelar demais podia gerar exclusão ou violência simbólica; ocultar demais provocava conflito e ansiedade. Para o autor:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma anatomia política", que é também igualmente uma “mecânica do poder” (Foucault, 2011, p. 133).

Ao recordar essas experiências, percebo que ali se iniciavam também meus processos de subjetivação, conceito desenvolvido por Michel Foucault (2022) inicialmente em *História da sexualidade I*, que descreve como os modos pelos quais os indivíduos se constituem como sujeitos no interior de determinadas relações de poder. Eu me construía a partir das normas que me condicionavam, tentando caber nelas, mesmo que isso significasse esconder partes de mim. Cada escolha de palavra, cada gesto contido e cada riso disfarçado constituíam formas de negociar minha existência diferente diante do olhar do outro.

Nessa obra, Foucault questiona a concepção tradicional que entende o poder apenas como instância repressiva. Para Foucault, o poder deve ser compreendido também em sua dimensão produtiva, pois ele não se limita a proibir ou silenciar comportamentos, mas participa ativamente da produção de saberes, discursos e subjetividades entre os quais a sexualidade se constitui um dispositivo. O poder produz realidade, produz domínios de objetos e regimes de verdade que orientam aquilo que pode ser dito, vivido e reconhecido socialmente (Foucault, 2022).

Desse modo, as normas que regulam os corpos, as emoções e as expressões de gênero não apenas limitam práticas, mas contribuem para formar os próprios sujeitos que passam a se reconhecer dentro desses parâmetros.

À luz dessa perspectiva, compreendo que as advertências e comentários presentes em meu cotidiano infantil operavam como práticas discursivas que buscavam orientar aquilo que deveria ser entendido como comportamento masculino adequado. Quando eu ouvia frases que afirmavam que homens não choram ou que determinadas brincadeiras pertenciam às meninas, instaurava-se um campo normativo que delimitava os modos legítimos de agir e de sentir. Eu me construía, então, em diálogo tenso com essas expectativas sociais, tentando ajustar gestos, palavras e expressões para evitar sanções e julgamentos. Hoje entendo que, naquele tempo, meu eu se formava entre o medo e o desejo, entre o controle e a tentativa de liberdade. O poder não apenas me oprimia; ele também me produzia, moldando o modo como eu me via, como eu me movia e como eu existia no mundo.

A Capoeira, iniciada aos 16 anos, trouxe novas dimensões de vigilância. O grupo, majoritariamente masculino, observava gestos, respostas e interações sociais. Perguntas como: “Você tem namorada?” ou “Você já beijou alguma menina?” funcionavam como verdadeiros testes de conformidade. Cada resposta, gesto ou silêncio era observado e interpretado como um sinal de pertencimento ou desvio. Beijar a primeira menina não foi um ato de desejo, mas uma tentativa desesperada de proteção, um gesto cuidadosamente calculado para não ser exposto, para permanecer dentro dos limites do que se esperava de um “homem”. Foi um ato performativo no sentido que Butler (2023, p. 16) descreve: “a performatividade deve ser entendida não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas como uma prática reiterativa e citacional por meio da qual o discurso produz os efeitos daquilo que

nomeia”, ou seja, uma repetição de comportamentos esperados para que eu fosse reconhecido como um homem dentro das normas sociais, mesmo que esses comportamentos não corresponderem ao que eu realmente sentia.

Naquele momento, o beijo servia como máscara, como uma forma de sobrevivência em meio às exigências do grupo. A capoeira, que poderia ser apenas um espaço de corpo e movimento, tornava-se também um campo de vigilância, um lugar onde minha masculinidade era constantemente posta à prova, e onde aprendi, ainda que sem saber, a performar o que se esperava de mim para evitar punição, exclusão ou vergonha.

O ambiente exigia equilíbrio constante: gostar do esporte e, ao mesmo tempo, manter a camuflagem. Esse período consolidou o “terceiro armário”, ligado a espaços institucionais e esportivos, nos quais a exposição poderia comprometer não apenas a autoestima, mas também a participação em atividades valorizadas.

Entre 16 e 19 anos, explorei sentimentos e relações afetivas. Ao me aproximar de meninas, percebi que não sentia atração, mas buscava normalidade social e redução de olhares críticos. Esse processo era doloroso, pois evidenciava o conflito entre meus desejos reais e as expectativas externas.

Aos 19 anos, tive meu primeiro relacionamento afetivo com um homem. A experiência “confirmou minha homossexualidade”; confirmou porque eu me sentia diferente, mas não sabia em que lugar eu me encaixava, mas também mostrou que enfrentar a sociedade diretamente seria doloroso e arriscado. A necessidade de anonimato permaneceu, reforçando a ideia de múltiplos armários: o da infância (corpo), o social (adolescência escolar) e o institucional/esportivo (capoeira). Cada “armário” representava novas camadas de proteção, camuflagem e resistência frente a normas sociais e preconceitos.

Antes de entrar na fase adulta, comecei a perceber que sentia atração por alguns rapazes. Naquela época, eu não conhecia o termo “homossexual” (conhecia termos como “baitola”, “bicha”, “viado” e outros). Vivía em um contexto em que a heteronormatividade era apresentada como o único caminho possível para o desejo e o afeto. Assim, o que eu sentia parecia errado, algo que precisava ser escondido e silenciado. Michel Foucault (2011) discute como o poder produz discursos e regula comportamentos, e acredito que, desde cedo, vivi sob

esse regime de controle, o da sexualidade “vigiada”, normatizada e punida quando foge do esperado: “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (Foucault, 2011, p. 132).

## 4 ENTRETEMPO III

### 4.1 Vida adulta: aprendendo a viver fora do armário... só que não!

Na transição da adolescência para a vida adulta, conheci um rapaz da capoeira que despertava uma admiração diferente. Ele tinha características que me atraíam, mas eu sabia que não poderia demonstrar isso. O medo de “dar pinta” me fazia desempenhar um papel: fingia gostar de meninas enquanto observava de longe aquele que ocupava meus pensamentos. Criava, em silêncio, uma narrativa imaginária, um espaço em que nossa amizade poderia se transformar em algo mais, mesmo que apenas dentro da minha cabeça.

Nos tornamos grandes amigos. Ele frequentava minha casa, conheceu meus pais, e eu os dele. Essa amizade trazia alegria, mas também uma angústia constante. Um dia, ele me apresentou a irmã, que namorava uma mulher. Aquele encontro me abalou profundamente: pela primeira vez, vi alguém viver abertamente aquilo que eu tanto escondia. Foi assustador e, ao mesmo tempo, libertador. Havia encontrado um espelho.

Pouco tempo depois, ele se interessou por uma aluna da academia de capoeira e me pediu que os apresentasse. Fiz isso, mesmo com o coração apertado. Ele começou a namorar e, para “retribuir o favor”, apresentou-me uma amiga da namorada. Para manter as aparências, aceitei o convite para conhecê-la e acabamos iniciando um relacionamento. Viajamos juntos, tentamos construir uma história, mas eu sabia que estava apenas encenando uma personagem.

Após seis meses, decidi terminar. Estava cansado de viver em disfarces. Hoje compreendo que aquela experiência não foi apenas uma tentativa de corresponder às expectativas sociais, mas também uma tática de sobrevivência, um modo de negociar minha presença em um ambiente marcado por normas rígidas de gênero e sexualidade.

Ao assumir aquele relacionamento, eu reproduzia uma performance alinhada ao modelo hegemônico de masculinidade e heterossexualidade, aquilo que a sociedade reconhecia como comportamento esperado de um homem. Tratava-se, portanto, de uma

encenação que buscava produzir legibilidade social, permitindo-me ocupar um lugar considerado legítimo dentro das normas vigentes, ainda que isso implicasse ocultar aspectos fundamentais de minha própria subjetividade.

Foi então que senti um alívio imenso, como se tivesse retirado uma máscara pesada. Decidi que era hora de “ser quem realmente era” (E quem eu era?). Comecei a me relacionar com rapazes e, aos poucos, fui me descobrindo. Essa descoberta, no entanto, não foi simples. Como descreve Judith Butler (2023), a identidade de gênero e a orientação sexual são, como já foi comentado, processos performativos, construídos e reiterados nas relações sociais. E, naquele momento, ainda lutava entre o medo do julgamento e o prazer de existir de forma autêntica.

Tive dois relacionamentos significativos com homens, um durou sete meses e o outro quatro anos. Com o tempo, percebi que se tornava cada vez mais difícil encontrar alguém disposto a se relacionar comigo. Desde jovem, sempre estive acima do peso, exceto durante a época da capoeira, quando a intensa atividade física me deixava mais magro. Depois dos 25 anos, voltei a engordar e comecei a sentir na pele o preconceito pela minha sexualidade e pelo meu corpo.

Naquele período, entre 2004 e 2010, a cultura gay estava fortemente marcada por padrões estéticos: o corpo “malhado” ou “bombado” era considerado ideal. Dentro dessa lógica, fui classificado como “Urso”,<sup>3</sup> enquanto os corpos considerados perfeitos eram chamados de “Barbies”<sup>4</sup>. Essa categorização, ainda que aparentemente inofensiva, reproduzia hierarquias e exclusões semelhantes às que Foucault descreve como “*dispositivos de poder*”<sup>5</sup> que se infiltram nos corpos e moldam modos de ser e de desejar.

---

<sup>3</sup> Urso é uma categoria presente em subculturas da comunidade gay que designa, de forma geral, homens homossexuais caracterizados por corpos mais gordos ou corpulentos, presença de pelos corporais e traços associados a uma masculinidade considerada tradicional. A categoria também pode funcionar como forma de resistência aos padrões estéticos dominantes, frequentemente associados a corpos magros, jovens e musculosos (Bastos, 2022).

<sup>4</sup> Barbie, também chamada de gay padrão, refere-se a homens homossexuais que apresentam corpos próximos ao ideal estético dominante na cultura gay, geralmente descritos como brancos, magros ou musculosos, jovens e com aparência corporal associada a padrões de beleza valorizados socialmente. Essa categoria opera como referência de deseabilidade dentro de certos circuitos da sociabilidade gay (Bastos, 2022).

<sup>5</sup> O *dispositivo* é a rede de relações que pode ser estabelecida entre elementos heterogêneos, como discursos, instituições, arquitetura, regramentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, entre outros. O dito e o não dito também fazem parte dessa rede (Castro, 2024).

Quando me formei em Contabilidade, voltei para o armário. Isso aconteceu porque, no ambiente corporativo, dos homens era esperado constituir família para demonstrar responsabilidade. Trabalhar em escritório exigia usar terno, ser sério e evitar qualquer traço de feminilidade, pois qualquer desvio poderia comprometer uma promoção. No ambiente acadêmico e profissional, eu evitava falar sobre minha vida afetiva. Comentários, perguntas e suposições dos colegas me faziam recuar ainda mais. Minha estratégia era simplesmente sobreviver. Como já comentei anteriormente, Michel de Certeau (2021) ajuda a compreender essa escolha: ele descreve como os indivíduos desenvolvem “táticas” de resistência para se manterem dentro de espaços dominados por normas. Permanecer em silêncio tornou-se, assim, minha tática de proteção.

Depois de anos de repressão e dor, resolvi mudar de área. Entrei para o curso de Educação Física, uma decisão que simbolizou um renascimento. Eu já me sentia mais maduro e confiante, sobretudo depois que minha família descobriu a minha orientação sexual através do meu irmão. Foi doloroso, mas também libertador. Pela primeira vez, decidi viver como um homem cisgênero homossexual, com orgulho da minha história.

Contudo, logo percebi que “sair do armário” não é um ato único, e sim contínuo. Cada espaço exige uma nova negociação. Ao entrar no mundo do trabalho, como professor de Educação Física e massoterapeuta, entendi que existiam muitos outros armários. Em alguns lugares, ser quem sou é permitido; em outros, é perigoso.

Na academia, por exemplo, vivi experiências de violência simbólica e verbal. Sofri preconceito não apenas por ser gay, mas também por ser um homem gordo em um espaço dominado pelo culto ao corpo magro e musculoso. Alguns alunos diziam que eu precisava emagrecer porque “professor de musculação e personal trainer não pode ser gordo” e que eu deveria “vestir a camisa da empresa” para passar uma imagem de corpo ideal. Houve um dia que um aluno chegou a afirmar, em tom debochado, que iria montar um treino “para eu perder a barriga” e logo em seguida me chamou de gordo, utilizando uma palavra de baixo calão. Situações como essa me feriram profundamente, fazendo-me sentir diminuído, inadequado e constantemente avaliado por um padrão que nunca me representou.

Essas experiências mostraram o quanto o corpo, no espaço da Educação Física, é um campo de poder e vigilância, exatamente como Foucault (2011) descreve. O corpo é vigiado, corrigido e moldado para obedecer às normas estéticas e morais. No meu caso, ser gordo e homossexual significava ocupar o lugar daquilo que precisa ser “corrigido”. A violência vinha disfarçada de conselhos, piadas ou “brincadeiras”, mas carregava o peso real da exclusão.

Esses preconceitos também se manifestam em redes sociais digitais voltadas ao compartilhamento de imagens e vídeos, nas quais usuários produzem e consomem conteúdos relacionados a estilo de vida, exercícios físicos e aparência corporal. Em plataformas como *Instagram* e *Facebook*, por exemplo, circulam frequentemente publicações de perfis pessoais, páginas de academias, profissionais da área fitness e influenciadores digitais que exibem rotinas de treino, dietas e transformações corporais. Nesse contexto, determinadas representações do corpo, geralmente associadas à magreza, definição muscular e juventude, são reiteradas como referências visuais de saúde e sucesso físico, o que pode influenciar a maneira como diferentes corpos são percebidos e avaliados socialmente.

Recordo-me, por exemplo, de um vídeo publicado por um chamado “digital influencer”, no qual ele comentava sobre uma grande rede de academias e afirmava que a instituição estaria contratando professores de Educação Física gordos. No vídeo, o influenciador dizia sentir-se desmotivado diante dessa situação, argumentando que seria difícil buscar um corpo considerado “saudável” se o próprio professor não apresentasse, visualmente, aquilo que ele entendia como um modelo de inspiração. Esse tipo de discurso, amplamente compartilhado nas redes sociais, evidencia como os corpos são constantemente avaliados e hierarquizados a partir de critérios estéticos e normativos, reforçando a ideia de que apenas determinados tipos de corpo seriam legítimos para representar práticas associadas à saúde, ao esporte e ao cuidado de si.

Comentários como: “*Se o treino dele não serve para ele, para quem vai servir? As pessoas acima do peso ficaram bravas, rrsrrs*”, se espalharam rapidamente pelas redes (*Instagram*), e muitos professores com o corpo “ideal” concordaram, travando uma verdadeira batalha nas mídias. Senti-me prejudicado e excluído dentro do contexto das academias, e me questioneei novamente: o que realmente define um corpo ideal? Muitos profissionais só

conseguem ganhar massa muscular por meio de ciclos de testosterona ou anabolizantes, isso pode ser considerado natural e saudável?

Experiências como essa me mostraram que a avaliação do corpo alheio é muitas vezes superficial e que os padrões impostos nas academias nem sempre refletem saúde ou competência, mas sim preconceito e estigmatização. Esse episódio marcou a importância de manter minha identidade e autoestima mesmo frente a julgamentos injustos, encerrando uma fase de constante comparação e exclusão no ambiente da Educação Física.

Na massoterapia, o preconceito assumia outra forma: muitos homens se recusavam a ser atendidos por mim apenas por eu ser homossexual, acreditando que o toque de um terapeuta gay teria “segundas intenções”. Essa suspeita, baseada em estigmas, feria não só a minha profissão, mas também a minha dignidade.

Em uma das situações, enquanto conversava com um aluno na academia onde eu treinava, comentei sobre a liberação miofascial e sugeri que seria interessante ele experimentar uma sessão, explicando que eu trabalhava com massoterapia. A reação foi imediata: “Eu hein, um homem me alisando? Prefiro fazer com uma mina”. Tentei explicar que a massoterapia é um tratamento terapêutico, baseado em técnica e conhecimento, e que não se tratava de “alisar”, mas, mesmo assim, ele continuou resistente, mantendo uma postura marcada pelo preconceito.

Esse tipo de reação revela como o corpo e o toque continuam atravessados por normas sociais que regulam o que é considerado adequado nas interações entre homens. O fato de eu ser homossexual frequentemente fazia com que o atendimento fosse interpretado de maneira tendenciosa, como se o cuidado próprio da prática profissional pudesse ser confundido com uma intenção pessoal. Diante dessas situações, eu me via levado a explicar meu trabalho e a reafirmar constantemente minha postura profissional, buscando evitar interpretações equivocadas e resguardar meu lugar naquele espaço. Essas explicações, muitas vezes necessárias, acabavam funcionando como formas de adaptação a um ambiente em que gestos simples podiam despertar suspeitas ou desconfortos, evidenciando a vigilância que recai sobre determinados corpos e modos de presença.

## REFLEXÕES FINAIS

Mesmo nutrindo um profundo vínculo com as duas áreas em que atuo, em diversos momentos da minha trajetória profissional, senti que precisava ocultar aspectos da minha própria existência para continuar ocupando determinados espaços. Permanecer nesses ambientes implicou, muitas vezes, administrar silêncios e calcular formas de presença que não provocassem tensões abertas com expectativas sociais já estabelecidas. Escolhi, em alguns contextos, permanecer dentro de certos armários, não como simples resignação, mas como uma decisão atravessada por afetos, responsabilidades e pelo desejo de continuar exercendo aquilo que amo fazer.

Ainda assim, o corpo nunca permanece completamente silencioso. Ele carrega marcas, gestos, modos de olhar e de se mover que, mesmo quando contidos, revelam tensões entre norma e desejo. Nesse sentido, ao revisitar obras como *Tomboy* (2011) e *Pequena Miss Sunshine* (2006), encontro imagens que dialogam com a minha própria experiência. No primeiro, a personagem experimenta a complexidade de existir em um espaço social que exige inteligibilidade de gênero, revelando o esforço cotidiano de negociar reconhecimento e pertencimento. No segundo, a figura de Olive evidencia como os corpos e as subjetividades que escapam aos padrões normativos expõem a fragilidade das convenções que pretendem definir o que é belo, adequado ou legítimo. Essas narrativas cinematográficas permitem compreender que a dissidência não é apenas um gesto de oposição explícita, mas também uma forma de existência que insiste em se afirmar mesmo diante de estruturas sociais que tentam enquadrá-la.

Minha trajetória, nesse sentido, é atravessada por silêncios, mas também por movimentos de afirmação que se constroem de maneira gradual. Entre o medo da exposição e o desejo de viver de forma íntegra, fui aprendendo a reconhecer os modos pelos quais o olhar do outro atua na produção de limites e possibilidades para o corpo. As experiências relatadas ao longo deste texto revelam que esses processos não são meramente individuais, mas estão inseridos em redes mais amplas de poder, normas e expectativas que organizam as relações sociais.

Michel Foucault (2011), ao discutir as práticas de cuidado de si, aponta que a constituição do sujeito não é um dado fixo, mas um processo contínuo de elaboração ética e estética da própria existência. Como afirma o autor, a obrigação de ocupar-se consigo mesmo está intimamente vinculada ao conhecimento de si, pois ninguém pode cuidar de si sem antes reconhecer as forças, as limitações e as possibilidades que atravessam a própria vida. Nesse horizonte, pensar a existência como uma “obra de arte de si” não significa idealizar a autonomia individual, mas compreender que o sujeito se constitui em diálogo permanente com as condições históricas e sociais que o cercam.

Ao revisitar minha história sob essa perspectiva, percebo que minha vida não se resume aos armários que precisei habitar, nem às estratégias de silêncio que em determinados momentos foram necessárias. Ela também se compõe de deslocamentos, aprendizagens e pequenas rupturas que abrem brechas dentro de estruturas aparentemente rígidas. Cada situação vivida, seja no espaço profissional, nas relações cotidianas ou nas experiências de formação, contribuiu para ampliar minha compreensão sobre o modo como os corpos são regulados, observados e interpretados. Ao mesmo tempo, essas experiências me permitiram reconhecer que os processos de subjetivação nunca são totalmente determinados pelas normas sociais. Mesmo em contextos marcados por vigilância e expectativa, existem margens de ação nas quais se tornam possíveis gestos de reinvenção.

Assim, compreendo hoje que minha trajetória não é apenas um percurso marcado por restrições ou conflitos identitários. Trata-se também de um processo de elaboração crítica da própria experiência, no qual a reflexão sobre o vivido se transforma em possibilidade de conhecimento. Ao transformar essas memórias em narrativa e análise, procuro evidenciar que a experiência individual não está dissociada das estruturas sociais que a atravessam. Pelo contrário, é justamente na articulação entre biografia e contexto que se tornam visíveis os mecanismos de poder, as normas de gênero, as expectativas sobre o corpo e as formas pelas quais os sujeitos buscam negociar sua existência dentro dessas tramas.

Nesse sentido, escrever sobre a própria trajetória não significa apenas revisitar o passado, mas produzir um gesto de elaboração que permite compreender como determinadas experiências se conectam a dinâmicas sociais mais amplas. Ao trazer à tona esses episódios, busco contribuir para uma reflexão que ultrapasse o âmbito estritamente pessoal,

evidenciando como os processos de vigilância, julgamento e normalização operam de maneira cotidiana sobre corpos dissidentes. Ao mesmo tempo, procuro mostrar que, mesmo em contextos atravessados por essas forças, persistem formas de resistência, de criação e de reinvenção.

É nesse espaço entre visibilidade e resguardo, entre adaptação e transformação, que continuo construindo minha presença no mundo. Se, em determinados momentos, precisei habitar o silêncio para permanecer em certos lugares, hoje compreendo que essas experiências também me forneceram instrumentos para pensar criticamente as estruturas que produzem exclusão e desigualdade. Transformar essas vivências em reflexão acadêmica constitui, portanto, não apenas um exercício de memória, mas também um gesto político e epistemológico. Ao narrar essas experiências, procuro afirmar que as histórias marcadas por dissidências corporais, afetivas e identitárias não são apenas relatos de vulnerabilidade, mas também espaços de produção de conhecimento, capazes de iluminar outras trajetórias e ampliar as possibilidades de compreensão sobre os modos de existir em uma sociedade ainda profundamente regulada por normas de gênero, sexualidade e corpo.

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Pólen, 2019.
- BASTOS, R. L. G. As disputas de sentido envolvendo o corpo homossexual masculino caracterizado como urso: um exemplo de análise dialógica. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 35–56, out./dez. 2022.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 24. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2025.
- BUTLER, J. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”** (V. Daminelli & D. Y. Françoli, trads.). 1. ed. São Paulo: n-1 edições, 2023.
- CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2021.
- CRENSHAW, K. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 1, 2002. Disponível em:

<https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf> Com acesso em: 15 de março 2002.

DAYTON, J.; FARIS, V. *Little Miss Sunshine*. Estados Unidos: Fox Searchlight Pictures, 2006. Filme.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 14. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2022.

FOUCAULT, M. **O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. (Original publicado em 1975, Editions Gallimard, Surveiller et punir), 2011.

SCIAMMA, C. *Tomboy*. França: Les Films du Losange, 2011. Filme.

VIGOTSKI, L. S. **Obras Completas** – Tomo Cinco: *Fundamentos de Defectologia*. Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022. 488 p. Disponível em: [https://www.novoipc.org.br/sysfiles/vigotski\\_obras\\_completas.pdf](https://www.novoipc.org.br/sysfiles/vigotski_obras_completas.pdf) Acesso em: 26 out. 2025.